



## Interpeção Escrita

Aquando da tomada de posse dos novos governantes de Macau, um residente de Macau dirigiu-se a um Deputado da Assembleia Legislativa para manifestar o desejo de esses governantes deverem servir de exemplo em racionalizar, com determinação, o uso dos recursos públicos e aproveitar, plenamente, as propriedades desocupadas do Governo. Na realidade, as despesas mensais pagas pelo Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças e pelo Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, para arrendamento de propriedades privadas, ascendem a 970 mil, apesar de o antigo edifício da Polícia Judiciária e do antigo edifício da Imprensa Oficial, nas proximidades da Sede do Governo, se manterem, em permanência, desaproveitados.

Interpeço, então, o Governo sobre o seguinte:

1. O Secretário para a Economia e Finanças e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, enquanto titulares dos principais cargos da RAEM, devem servir de exemplo, mudando, quanto antes, os seus Gabinetes para as propriedades desaproveitadas do Governo que ficam perto da Sede do Governo (incluindo os antigos edifício da Polícia Judiciária e edifício da Imprensa Oficial, localizados na Rua de São Lourenço e na Rua da Imprensa Nacional, respectivamente), com vista a demonstrar a determinação em utilizar, efectivamente, as propriedades do Governo, reprimindo o desperdício do erário público. Vão fazê-lo?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Na fase de preparação para a mudança da Imprensa Oficial do antigo edifício da Imprensa Oficial, sito na Rua da Imprensa Nacional, para o Pac On, o Governo não dispôs de um plano para a alteração da finalidade do edifício em questão, assim sendo, o mesmo tem-se mantido desaproveitado depois da respectiva mudança. Após uma consulta, verificou-se que, depois de esse edifício ter sido devolvido à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), esta última planeou afectá-lo à Sede do Governo, porém, até hoje o referido edifício continua desaproveitado. Pelo exposto, a DSF deve auscultar as opiniões dos dois Secretários supramencionados, para saber se os mesmos vão considerar aproveitá-lo, pois é uma propriedade do Governo que fica nas proximidades da Sede do Governo, para o transformar, quanto antes, em Gabinete para um Secretário, depois da devida remodelação. Vai a DSF fazê-lo?
3. Não se chegou a um consenso quanto à localização da nova Biblioteca Central. De facto, o Governo da RAEM deu início, apenas, a uma concepção e a um estudo preliminar, sem desenvolvimento das obras concretas. No que diz respeito ao orçamento do projecto, o prazo da conclusão desse projecto foi já adiado para 2025. Nestas circunstâncias, o antigo edifício da Polícia Judiciária, sito na Rua Central, tem-se mantido desaproveitado. Como o edifício do antigo Tribunal Judicial de Base está localizado nas proximidades da Avenida de Almeida Ribeiro, um local com elevado fluxo de pessoas, é inadequado investir na construção de uma nova Biblioteca Central, com uma dimensão maior, o que irá aumentar o número dos utentes. Há que aproveitar, antes, a presente fase inicial da construção dos Novos Aterros da RAEM para estudar a construção da nova



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Biblioteca Central na Zona A dos Novos Aterros, por ser evidente que isto se reveste de maior eficácia (no futuro, a Zona A dos Novos Aterros contará com um número elevado de moradores, necessitando, por isso, de infra-estruturas culturais e de lazer, simbólicas e de grande envergadura, para elevar a qualidade de vida dos moradores. Por via da adequação dos meios de transporte, poder-se-á transformar a nova Biblioteca Central, sita nos Novos Aterros, num novo ponto turístico simbólico, com a finalidade de dispersão dos turistas. Assim, a sua construção vai articular-se com o desenvolvimento dos Novos Aterros e aquela passará a ser um símbolo histórico da construção e do desenvolvimento dos mesmos). O Governo da RAEM deve proceder ao ajustamento oportuno do projecto da nova Biblioteca Central, para que a mesma passe a ser construída na Zona A dos Novos Aterros. Além disso, há que manter, de forma completa, a fachada do edifício do antigo Tribunal Judicial de Base, para que continue a desempenhar a sua função, ao nível de local para exposições culturais, e que o antigo edifício da Polícia Judiciária possa ser transformado em Gabinete para um Secretário. Vai o Governo fazê-lo?

06 de Janeiro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Ng Kuok Cheong**